

## O corpo e suas implicações sobre a construção da identidade de gênero

The body and its implications on the construction of gender identity

El cuerpo y sus implicaciones en la construcción de la identidad de género

Recebido: 22/08/2022 | Revisado: 03/09/2022 | Aceito: 06/09/2022 | Publicado: 14/09/2022

**Valesca Lidiane dos Santos Macedo de Sá Belo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9970-7916>

Centro Universitário Tiradentes, Brasil

E-mail: [valescalds.psicologia@gmail.com](mailto:valescalds.psicologia@gmail.com)

**Telma Low Silva Junqueira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8852-114X>

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

E-mail: [telma.low@ip.ufal.br](mailto:telma.low@ip.ufal.br)

**Pedro Simonard**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6262-2716>

Centro Universitário Tiradentes, Brasil

E-mail: [pedrosimonard@gmail.com](mailto:pedrosimonard@gmail.com)

### Resumo

Os corpos já nascem implicados pela cultura, já nascem determinados por tecnologias discursivas arraigadas que irão definir as formas mais adequadas de se fazer os gêneros. Em um país que apresenta de forma estrutural os mais diversos preconceitos, como o de raça, classe e gênero, a transfobia se configura de várias formas nos âmbitos sociais, seja negligenciando ou violando direitos básicos para população trans. O presente artigo é uma parte dos resultados da pesquisa realizada durante o doutorado e tem como objetivo discutir o corpo e suas implicações sobre a construção da identidade de gênero, a partir de diálogos da autora deste com pessoas transexuais e travestis em Maceió. Esses relatos aconteceram no momento de imersão no campo, quando iniciei a pesquisa em 2018. A investigação de caráter qualitativo, recorreu à pesquisa bibliográfica e empírica, por meio das técnicas da observação e entrevista aberta, e para analisar os dados foi utilizada a análise de discurso fundamentada em Pêcheux (1995) e Orlandi (2001; 2007). Em sua primeira parte, aborda o gênero, a identidade de gênero e a orientação sexual. Em seguida, discute os corpos trans como corpos políticos. Discute identidade trans e suas idiosincrasias. Por fim, discorre sobre a luta das transexuais na construção de sua identidade. A partir das reflexões trazidas fica evidente o quanto político são os corpos trans, estando estes implicados nas compreensões já concebidas de gênero, de identidade de gênero e de orientação sexual sob uma ótica tão excludente, revelando a importância dos discursos que (re)produzimos sobre essas identidades e como isso pode repercutir nessas realidades.

**Palavras-chave:** Corpo; Identidade de gênero; Transexualidade; Corpos políticos; Discursos.

### Abstract

Bodies are born implied by culture, they are born determined by ingrained discursive technologies that will define the most appropriate ways of making genres. In a country that structurally presents the most diverse prejudices, such as race, class and gender, transphobia is configured in various ways in the social spheres, either by neglecting or violating basic rights for the trans population. This article is a part of the results of the research carried out during the doctorate and aims to discuss the body and its implications on the construction of gender identity, based on the dialogues of the author of this with transsexuals and transvestites in Maceió. These reports took place at the time of immersion in the field, when I started the research in 2018. The qualitative investigation resorted to bibliographic and empirical research, through observation and open interview techniques, and to analyze the data, the discourse analysis based on Pêcheux (1995) and Orlandi (2001; 2007) was used. In its first part, it addresses gender, gender identity and sexual orientation, then discusses trans bodies as political bodies. Discusses trans identity and its idiosyncrasies. Finally, it discusses the struggle of transsexuals in the construction of their identity. From the reflections brought, it is evident how political trans bodies are, being these involved in the already conceived understandings of gender, gender identity and sexual orientation from such an excluding perspective, revealing the importance of the discourses that we (re)produce about these identities and how this can affect these realities.

**Keywords:** Body; Gender identity; Transsexuality; Political bodies; Speeches.

### Resumen

Los cuerpos nacen implícitos en la cultura, nacen determinados por tecnologías discursivas arraigadas que definirán las formas más adecuadas de hacer géneros. En un país que presenta estructuralmente los más diversos prejuicios, como raza, clase y género, la transfobia se configura de diversas formas en los ámbitos sociales, ya sea por desatender o

vulnerar derechos básicos de la población trans. Este artículo es parte de los resultados de la investigación realizada durante el doctorado y tiene como objetivo discutir el cuerpo y sus implicaciones para la construcción de la identidad de género, a partir de los diálogos de la autora de este con transexuales y travestis en Maceió. Estos relatos se produjeron en el momento de la inmersión en el campo, cuando inicié la investigación en 2018. La investigación cualitativa recurrió a la investigación bibliográfica y empírica, a través de técnicas de observación y entrevista abierta, y para el análisis de los datos se utilizó el análisis del discurso basado en Pêcheux (1995) y Orlandi (2001; 2007). En su primera parte, aborda el género, la identidad de género y la orientación sexual, luego discute los cuerpos trans como cuerpos políticos. Discute la identidad trans y sus idiosincrasias. Finalmente, discute la lucha de los transexuales en la construcción de su identidad. A partir de las reflexiones traídas, se evidencia cómo los cuerpos trans son políticos, siendo estos involucrados en las comprensiones ya concebidas de género, identidad de género y orientación sexual desde una perspectiva tan excluyente, revelando la importancia de los discursos que (re)producimos sobre estas identidades y cómo esto puede afectar estas realidades.

**Palabras clave:** Cuerpo; Identidad de género; Transexualidad; Cuerpos políticos; Discursos.

## 1. Introdução

Ao longo do texto, utilizaremos autoras e autores LGBTIA + (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexos, assexuados e afins), preferencialmente pessoas T (Transexuais e travestis), firmando a importância do lugar de fala e da representatividade.

O fortalecimento de pesquisas e a explosão de debates sobre identidade de gênero, papéis de gênero e sexualidades trouxeram visibilidade para população LGBTIA+, em especial para a população trans (travestis e transexuais), impulsionando que os grupos organizados, Organizações não-governamentais (Ongs) e movimentos sociais tomem força e continuem a lutar por direitos básicos e pela própria garantia de sua identidade. Nesta direção, mesmo com os avanços concernentes às regulamentações e criação de leis e políticas públicas específicas para a população trans<sup>1</sup> poucas ações foram realizadas pelos órgãos públicos para atender tais demandas e garantir que os direitos sejam legitimados.

Este artigo objetiva discutir o corpo e suas implicações sobre a construção da identidade de gênero, a partir de diálogos da autora deste com pessoas transexuais em Maceió. Esses relatos aconteceram no momento de imersão no campo, quando inicié a pesquisa em 2018, conforme descrevemos na próxima seção.

Iniciamos apresentando a metodologia e, em seguida, tecendo questões sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual. E por fim, discute os corpos trans como corpos políticos e a identidade trans e suas idiosincrasias.

## 2. Metodologia

O presente artigo é uma parte dos resultados da pesquisa realizada durante o doutorado e tem como objetivo discutir o corpo e suas implicações sobre a construção da identidade de gênero, a partir de diálogos da autora deste com pessoas transexuais e travestis em Maceió. Esses relatos aconteceram no momento de imersão no campo, quando inicié a pesquisa em 2018. A investigação de caráter qualitativo, recorreu à pesquisa bibliográfica e empírica, por meio das técnicas da observação e entrevista aberta, possibilitando uma maior aproximação com a realidade das pessoas entrevistadas deste estudo e para análise foi utilizada a análise de discurso fundamentada em Pêcheux (1995) e Orlandi (2001; 2007). Pêcheux (1995) afirma que o discurso é o que acontece entre as locutoras, assim sendo, não há uma objetividade na transmissão, porque também há sujeitos se constituindo a partir do que é dito e, com isso, surgem sentidos afetados pela história no funcionamento da língua(gem) e não a língua(gem) como algo definidor.

---

<sup>1</sup> Como, por exemplo, o Decreto Presidencial Nº 8.727, de 28 de abril de 2016 – que dispõe sobre uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e o direito à cirurgia de transgenitalização para transexuais pelo Sistema Único de Saúde que foi instituído por meio da Portaria nº 1.707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008.

### A Análise de Discurso

como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Orlandi, 2007, p. 15).

Orlandi (2001) acrescenta que o discurso seria “o efeito de sentidos entre os locutores” (p.21), considerando o contexto sócio-histórico-ideológico (condições sociais, a história oficial e a história particular de cada pessoa, por fim, a ideologia que permeia as relações humanas) no qual os sujeitos estão inseridos.

O trabalho de campo unido às outras técnicas metodológicas foi capaz de responder o objetivo proposto, este no primeiro momento aconteceu pela aproximação com a comunidade a ser estudada, investigando locais e espaços onde elas transitam. Em seguida, começamos a frequentá-los. O primeiro contato com o campo aconteceu no evento do mutirão de retificação de nome promovido pelo núcleo de práticas jurídicas do Centro Universitário Tiradentes, onde algumas delas conseguiram realizar o sonho de ter o nome da certidão retificado; eventos artísticos do grupo transshow e alguns encontros(almoços) na casa de uma das mulheres.

Realizamos entrevistas abertas, por meio de conversas informais sem prévia marcação, com elas e ele, sem definir duração e sem definir uma pauta / tema específico. Essas conversas pareciam o meio mais eficaz de conseguir contato as informantes. Com o homem trans, nomeado aqui como Cactus, o bate-papo, iniciado pela autora, aconteceu na de espera do mutirão de retificação do nome Já as mulheres foram entrevistadas entre um almoço, encontros na casa de uma das participantes.

As pessoas protagonistas que foram convidadas a participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e garantimos o sigilo de suas identidades, utilizando nome de flores e/ou plantas.

A pesquisa está vinculada ao Projeto Transcidadania e direito à saúde, coordenado pela professora Dra. Viviany Kelly Galvão e autorizado pelo CEP com CAAE n. 60449616.4.0000.5641. Foram entrevistadas no período de abril/2018 a dezembro/2019, foram selecionadas 5 pessoas trans e travestis, sendo 1 homem trans e 4 mulheres trans e travestis, maiores de idade, todas residentes em Maceió/Alagoas e que aceitaram participar da pesquisa no período citado acima. Esse contato direto possibilitou uma compreensão e abstração da dinâmica dessas vidas (Godoy, 1995). A observação é uma estratégia que combina simultaneamente o diálogo entre pesquisadores e informantes, a participação e a observação direta (Denzin ,1978 *apud* Ludke; Andre, 2013).

### 3. Gênero, Identidade de Gênero e Orientação Sexual

Os debates sobre gênero surgem a partir das reflexões do feminismo. No final dos anos 1940, a filósofa francesa Simone Beauvoir (1949/1980) defende uma tese que impacta consideravelmente os debates sobre a questão feminina segundo a qual ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher (Beauvoir, 1949/1980). Com essa afirmação, ela se contrapõe ao pensamento determinista-biológico do final do século XIX, discurso responsável por delimitar e demarcar diferenças e desigualdades entre os gêneros. Para ela, o “ser mulher” está implicado numa construção social e cultural.

Corroborando com Beauvoir (1949/1980), Butler, filósofa pós-estruturalista estadunidense, afirma que gênero pode ser entendido como uma “identidade tenuamente construída através do tempo” (Butler, 2010, p.200), aprendido por meio de uma repetição incorporada através de comportamentos, gestos e estilos de vida. Para a filósofa, o gênero é uma construção, uma produção social, um ato intencional produzido ao longo dos anos. Gênero não deve ser compreendido como um atributo fixo de uma pessoa, mas como uma variável fluída, apresentando diferentes configurações (Butler, 2010).

Como afirma Flor de Lótus (2019), uma mulher trans negra com pouco mais de 40 anos e ex-garota de programa: “o que faz o homem e a mulher, não é o pênis nem a vagina, é a nossa cabeça, está no nosso cérebro” (Conversa com autora, 2019).

São falas como essa de Flor de Lótus, que nos instiga a pensar sobre os desdobramentos e enquadramentos que os corpos são submetidos quanto às questões de gênero(s), identidade(s) e sexualidade(s) que esses debates e conceitos parecem não alcançar ou dar conta. Essa tentativa de cristalizar, conceituar, delimitar, só evidencia o controle que se tem ou se deseja ter dos diversos corpo(s). Assim como reitera

Butler (2010), o sexo é uma superfície neutra sobre a qual atua a cultura – a ideia que se tem de sexo, é algo que está inscrito discursivamente. Foucault (1976/1997) na genealogia da sexualidade, afirma que no início do século XVII, havia uma certa “fluidez”, “leveza”, as normas e condutas eram menos rígidas, os comportamentos menos “podados”, discursos sem filtros, corpos à mostra, crianças à vontade entre adultos. Foi na época vitoriana que essa configuração mudou. A sexualidade passou a ser controlada em locais privados, a “liberdade” dá lugar ao “proibido” e “secreto”. O que não podia ser completamente silenciado foi isolado, limitado a espaços de tolerância, como asilos e prostíbulos (Foucault, 1976/1997).

#### **4. Corpos Trans Também são Corpos Políticos**

As formas de definição do corpo anteriormente centradas no gênero social, no século XVIII se deslocaram para um corpo que seria o resultado de uma natureza. Os corpos já nascem implicados pela cultura, já nascem determinados por tecnologias discursivas arraigadas que irão definir as formas mais adequadas de se fazer os gêneros.

O corpo está ligado a relações políticas e econômicas e por este motivo, o que interessa são corpos submetidos ao gerenciamento do poder/controlado da sexualidade:

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição [...]; o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (Foucault, 1976/1997, p.22).

Embasadas na promulgação da Constituição de 1988, as pessoas trans têm se organizado em busca do acesso às políticas públicas e aos direitos básicos. Algumas conquistas são bastante significativas como, por exemplo, o direito à retificação do nome civil. Estes corpos políticos, que antes eram ignorados pelo poder público e que hoje recorrem às defensorias de Justiça para ter dignidade, estão – ao longo do tempo e por meio da militância – garantindo e conquistando seus direitos.

No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente, mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade. O direito à vida, à honra, à integridade física, à integridade psíquica, à privacidade, dentre outros, são essencialmente tais, pois, sem eles, não se concretiza a dignidade humana. A cada pessoa não é conferido o poder de dispô-los, sob pena de reduzir sua condição humana, todas as demais pessoas devem abster-se de violá-los (Kant, 1986, p. 77).

Cactus (2018), homem trans, periférico afirma que ter conquistado a alteração do nome no Registro Civil, garantiu melhores condições de acessos a alguns serviços, como saúde e mercado de trabalho. Falou que antes da retificação, havia passado por vários constrangimentos e inclusive perdido algumas oportunidades de trabalho e que recentemente conseguiu emprego. Infelizmente, pouco tempo depois dessa entrevista, Cactus contou que perdeu o emprego, porque descobriram que ele era um homem trans (Conversa informal com autora, 2018).

Casos como o de Cactus são muito comuns, mas ele, como homem trans, ainda ocupa um lugar de privilégio frente às mulheres travestis e transexuais; tendem a ser expurgadas para a marginalidade, vivendo nas ruas e excluídas da sociedade. As

mulheres travestis e transexuais, participantes da pesquisa – a maioria negras, periféricas e prostitutas – reconhecem a mudança de nome no registro civil como uma grande conquista pessoal, mas que sem hormonioterapia ou cirurgias no corpo ainda sofrem muito preconceito e discriminação em Maceió, Alagoas.

O corpo é o local de mediação entre as pessoas e o mundo, é o que permite a constituição de nossa individualidade e a formação de nossas identidades e é esta corporeidade que pode incluir e excluir socioculturalmente e politicamente os sujeitos.

Segundo Butler, “o corpo não é uma superfície pronta à espera de significação, mas um conjunto de fronteiras individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (2010, p. 59) e prossegue afirmando que o corpo é

uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e heterossexualidade compulsória, então que linguagem resta para compreender essa representação corporal [...] (Butler, 2010, p.198).

A administração da vida perpassa as sociedades disciplinares e, desde a colonização temos também as chamadas sociedades de controle. A sociedade disciplinar estava baseada num sistema fechado: confinamento, internamento etc. A maioria dessas instituições de vigilância entra em crise e passa por sucessivas reformas, dando lugar a sistemas mais abertos, suscetíveis de controle.

Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, os atendimentos em domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos (Deleuze, 1992, p. 220).

Ao pensar o corpo como uma metáfora, como um lugar ou espaço de batalha – Ramírez (2003) afirma que o corpo é conflituoso, difícil de delimitar, um lugar de convergência ou disputa de complexas pulsões morais, biológicas e políticas. A batalha social, a luta de gêneros e de classes é produzida nos corpos, mesmo que o sujeito nem sempre se dê conta disso (Fabris, 2009; Ramirez, 2003).

Assim como afirma Salinas Ruiz; Alves(2021), a passagem de fronteira está no auge do gênero travesti. Seja nos primeiros momentos da construção de suas performances, seja nos momentos em que se arriscam no mercado sexual transnacional europeu, muitos de seus marcos de vida exigem o deslocamento de limites, a travessia de fronteiras simbólicas e geográficas. Por isso, conhecer as motivações por trás desses movimentos permite ampliar a compreensão da travestismo, contribuindo para uma compreensão mais fluida de gênero e sexualidade, bem como observar a relação entre a cidadania precária e seus deslocamentos geográficos.(tradução nossa, p.9)

O corpo trans é um corpo político que luta, resiste, ocupa espaços, busca garantir visibilidade e direitos. Assim como transcreve e afirma Linn da Quebrada em sua música:

Bixistranha, loka preta da favela  
Quando ela tá passando todos riem da cara dela  
Mas, se liga macho, presta muita atenção  
Senta e observa a sua destruição  
Que eu sou uma bixa loka preta favelada  
Quicando eu vou passar e ninguém mais vai dar risada  
E se tu for esperto, pode logo perceber  
Que eu já não de brincadeira, eu vou botar é pra fuder  
Ques bixistranha, insandecida  
Arrombada, pervertida  
Elas tomba, fecha, causa  
Elas é muita lacração (Quebrada, 2017).

Aqui fica evidente a luta que começa no corpo, este que precisa resistir, coexistir e persistir na busca por legitimidade da identidade. Linn da Quebrada conta um pouco da sua vida no documentário *Meu corpo é político* (2017):

[...] Tudo era proibido. O meu corpo era proibido, a sexualidade era proibida [...] Não sou cantora, é que eu estou agindo com funk para gerar movimento, o funk é poesia da favela, funk é a poesia da periferia [...] E não é só macho alfa que vai dizer como a gente vai rebolar, a gente vai falar como a gente quer rebolar [...].

Enquanto no mesmo documentário Paula Beatriz, primeira trans a ser diretora de escola pública em São Paulo, afirma “sou questionada porque eu sou mulher transexual, hetero e não cirurgiada”. A indignação de Paula sobre as condições e exigências para ser transexual socialmente evidencia o que Natasha Wonderfull, mulher ativista transexual negra, afirma em sua palestra no TEDx Pajuçara (2019), que a conquista de retificação no registro civil é algo que só ameniza alguns constrangimentos sociais, mas não elimina a transfobia que sofrem diariamente.

As mulheres travestis, transexuais e lésbicas não são reconhecidas como sujeitas. Elas são abjetificadas, pois não atingem o ideal de feminilidade o qual são designadas. Esses corpos serão aquilo que as pessoas, de modo geral, repudiarão o que ninguém vai desejar ser, as pessoas ditas “anormais” que servirão de referência negativa para a normalidade. Isso caracteriza a transfobia, que é o preconceito, discriminação direcionada às pessoas transexuais e travestis,

que pode ser materializado em forma de violência física e/ou psicológica ou pela negação de direitos, e as relações históricas de gênero, o qual é marcado pelo binarismo (vagina/mulher/feminino e pênis/homem/masculino) e pela cisheteronormatividade (Albuquerque & Oliveira, 2021, p.3).

A heteronormatividade, como afirma Preciado (2018),

só pode ter esse título porque antes é cisheteronormatividade. Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma biovagina e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um biopênis (p. 134).

A transfobia institucional seria o preconceito e/ou discriminação de maneira mais sutil e velada para quem as cometem e não menos pesadas, de difícil enfrentamento para quem a sofre, ocorridos em ambientes institucionais. espaços privados: como escolas, unidades de saúde, empresas, universidades (Albuquerque & Oliveira, 2021).

Desde espaços privados<sup>2</sup> a espaços públicos<sup>3</sup> a transfobia está presente - , no último, apesar de ser considerado o local onde todos (escrito no masculino) podem participar, sendo essa a conceituação do ideal, que na prática sabemos quem são (homens cis brancos hetero cristãos, de classe favorecida etc.), é mais evidente e pode ocorrer de forma mais ostensiva, com agressões físicas que podem até desencadear atos de extrema violência que levam a morte (Albuquerque & Oliveira, 2021), muito semelhante ao que acontecia no suplício<sup>4</sup>, narrado por Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* (1987/1999).

---

<sup>2</sup>Espaço privado como local íntimo onde se reside, ou que é de posse de alguém; espaço para se a realizar a própria manutenção da sobrevivência, lugar obscuro, secreto (HABERMAS,1997; ARENDT, 2014).

<sup>3</sup> Espaço público pertencente a todas as cidadãs. O público é o espaço do visível, “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos” (ARENDT, 2014, p. 49). É o espaço discursivo e deliberativo, em que todas podem participar, fazendo uso de uma razão esclarecida, exercendo influência sobre o sistema político, e é também, a base para um sistema democrático (HABERMAS, 1997; ARENDT, 2014).

<sup>4</sup> Tortura com dores intensas e prolongadas. O objetivo era punir o corpo do condenado, sendo exemplo para que outras pessoas não cometessem o mesmo crime. O suplício se assemelhava a um espetáculo que ocorria em praça pública, sob o olhar atento dos súditos (Foucault, 1987/1999).



## 5. (Re)conhecendo a Identidade Trans

Transgênero é o conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identifica, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foram determinados quando de seu nascimento (Jesus, 2012). A transexualidade é o termo que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Para pessoas transexuais, isso é apenas uma característica, entre outras, e não a única (Jesus, 2012).

Dentre as pessoas transgênero estão as travestis e mulheres transexuais. As travestis são pessoas que nascem com sexo oposto ao se identificam, com aparência física masculina, mas que se identificam como mulher e tendem a construir uma identidade de gênero feminina. Já as mulheres transexuais são pessoas que reivindicam o reconhecimento social e legal como mulher. É um indivíduo que tem a convicção de pertencer ao gênero oposto (Jesus, 2012).

Cisgênero, ou “cis”, são as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando nasceram. Já as pessoas que se definem de não-cisgênero, aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado, são transgênero, ou trans (Jesus, 2012). Transgênero engloba todas as pessoas que questionam, através de sua própria existência, a validade da dicotomia sexo/gênero, sejam elas partidárias ou não da cirurgia de redesignação sexual (Petry & Meyer, 2011).

É importante enfatizar a importância de situar o cis dentro das relações de poder do “cistema”, não apenas o descrever enquanto categoria identitária, e é por isso que a dificuldade de aceitação do cis enquanto identidade se dá, em grande parte, pela dificuldade de se reconhecer uma posição de privilégio. Esta, afinal, se caracteriza justamente por ser invisível a quem a detém. Se alguém não tem problemas em nos chamar de trans, mas resiste à ideia de que é cis, é porque se alinha ao discurso de que somos, de fato, o não-natural, o bizarro, a anomalia. (Yu, 2017). Afinal, cis é o contrário de trans, seja lá o que isso signifique (Yu, 2017). Se “cis” lhe parece um conceito redutor, é sinal de que a sua própria compreensão de ‘trans’ também deve sê-lo (Maira, 2017).

Foucault (1976/1997; 1977-1978/2004) reescreve uma importante história dos corpos, dos sexos e dos prazeres, escrutinados pelos discursos e pelas práticas institucionais que os sustentam, isto é, pelo dispositivo da sexualidade. Segundo este autor, foi por meio de um dispositivo de controle de corpos articulado que surgiu a sexualidade. Essa sexualidade serviu de fundamento para discursos e práticas regulatórias que produziram as próprias pessoas e uma hierarquização entre elas. Esta hierarquização estruturou-se por meio da patologização de condutas desviantes, ou seja, de condutas que vão de encontro ao proposto pelas “normas” sociais.

Todas as formas de discriminação, como no caso a transfobia<sup>5</sup>, podem ser causadoras de doença. Os olhares “atravessados” – sistemas simbólicos – são uma forma de violência simbólica, que surge pela busca de coerências e padrões comportamentais que se enquadrem na cisheteronormatividade ou seja um padrão socialmente dominante que determina que o socialmente aceitável é que haja relações sexuais entre pessoas cisgêneras que possuem gêneros diferentes, entre macho e fêmea. Estes símbolos são instrumentos de conhecimento, reconhecimento e comunicação e tornam possível a reprodução da ordem social. Como afirma Bourdieu (1989), os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação e contribuem para assegurar a dominação de uma classe ou gênero sobre a outra (violência simbólica), reforçando as relações de força que fundamentam e contribuem para a domesticação dos dominados.

Bento (2006) afirma que devemos associar a transexualidade a um conflito identitário e não a uma enfermidade, visto que

Nessas experiências, há um deslocamento entre corpo e sexualidade, entre corpo e subjetividade, entre corpo e as performances de gênero. Ainda que o referente da binariedade esteja presente como uma matriz de construção de

---

<sup>5</sup> A transfobia é uma forma de preconceito contra pessoas transexuais que pode se traduzir em atos de violência física, moral ou psicológica. A transfobia é uma forma de aversão às pessoas trans e se manifesta em diferentes ações de preconceitos, sejam explícitos ou velados (Heliodoro, 2017).

sentidos, negociados para os sujeitos que transitam entre o masculino e o feminino, essas experiências negam, ao mesmo tempo, que os significados que atribuem aos níveis constitutivos de suas identidades sejam determinados pelas diferenças sexuais (p.77).

A diferença, por sua vez, não é socialmente evidente e precisa ser reconhecida para ser respeitada. Os conflitos identitários enfatizam a diferença e trazem consigo conflitos pelo reconhecimento. A “luta por reconhecimento” está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” (Fraser, 2002) são combustível às lutas de grupos mobilizados sob bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade. A luta por uma política que considere como importantes em sua elaboração e execução tanto a diversidade quanto o reconhecimento, pode ser uma forma de inclusão social aos quais os dois processos se dariam de uma forma paralela, enquanto há uma produção de identidades que aceita a diversidade pode abrir espaço para um discurso do reconhecimento.

## 6. Identidade Trans: A Luta por Identidade

As travestis e pessoas transexuais enfrentam muitos desafios para viverem no Brasil, dentre eles estão o não-acesso ao mercado de trabalho, aos serviços de saúde e à educação, o que implica significativamente a vidas dessas pessoas, limitando-as, excluindo-as, segregando-as. Assim como afirma Cactus:

É difícil ser transexual no Brasil e em Alagoas há muitos desafios, o primeiro é a cultura machista bem presente em nossa educação. Como homem trans tenho um lugar de privilégio em relação as minhas amigas trans. Embora, nós, homens trans estamos sofrendo também com a falta de acesso à saúde e ao mercado de trabalho. Eu mesmo perdi o emprego quando descobriram que eu era trans. No Sus, numa consulta que fui, a médica disse que não iria me hormonizar porque isso era coisa do demônio. Então, pra você ver, não está fácil pra ninguém, mas a gente segue lutando. Um dia isso deve mudar (Conversa com a autora, 2019).

A Constituição Federal prevê uma vida digna e sem violências, mas precisa de políticas públicas que coloquem em prática essa garantia, isso inclui acesso aos serviços básicos, dentre outros acessos para garantir a sobrevivência e cidadania.

No Nordeste e no Brasil como um todo gênero, raça, classe e religião são marcadores de diferença capazes de causar fortes processos discriminatórios e repressivos. Entendemos por marcadores sociais da diferença todo elemento que está na base da construção social de toda forma de desigualdades e hierarquias entre as pessoas<sup>6</sup>.

O Brasil continua a ocupar o primeiro lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans, no mundo, com números que estão acima da média. Foram registradas 140(Cento e quarenta) mortes no Mapa dos Assassinatos de 2021, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e transexuais e 05 (cinco) homens trans e transmasculinas (Benevides & Nogueira, 2022).

As vidas das pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que foi atribuído a elas no nascimento estão condicionadas a vários tipos de discriminações e violências, dentre elas a violência letal. Entretanto, há outras formas de exterminar as pessoas transexuais, quer seja negligenciando e violando direitos básicos, quer seja não as respeitando.

Além dos dados apontados serem assustadores é importante discutir também a falta de índices mais assertivos sobre a questão da violência, letal ou não, contra as pessoas trans o que evidencia o estado de vulnerabilidade que acometem estes corpos. Existem formas mais sutis de exterminar vidas e o preconceito é uma delas, contribuindo para que a pessoa que sofre a discriminação entre em depressão e possa, até mesmo, cometer suicídio, automutilação ou uso abusivo de drogas. Contudo, pode-se afirmar que as pessoas trans sofrem transfobia institucional, pois não conseguem ter acesso a serviços básicos, como educação e saúde, por exemplo, apesar deste acesso ser um direito assegurado pela Constituição de 1988 e pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que regulamenta a organização do Sistema Único de Saúde (SUS).

---

<sup>6</sup> Para uma introdução à discussão sobre marcadores sociais da diferença, ver Kabengele (2015), Munanga (2012), Pelucio (2011).



Segundo Flor de Liz (2019):

Ser mulher travesti já é difícil, imagine ser mulher travesti preta, pobre, portadora do HIV e garota de programa [...] e eu sinto isso na pele todos os dias. Meu corpo é atravessado por todos vários preconceitos como o racismo, e transfobia, por exemplo (Conversa com a autora).

Orquídea, por exemplo, está se qualificando agora porque não teve oportunidade antes: “estou estudando, me qualificando, não tive oportunidade de estudar antes. A gente não consegue emprego, a sociedade não dá emprego a ninguém. Aquela coisa toda da realidade do dia a dia das travestis do Brasil: é difícil pra gente a inclusão social (2019) (Conversa com a autora)”.

Sobre o acesso à saúde, Girassol (mulher trans, negra, profissional do sexo, 38 anos, classe média baixa) afirma que:

Não me sinto acolhida no SUS, deixa muito a desejar. Já sofri preconceito, só por ser trans, nos postos de saúde e nos hospitais. Acontece isso tipo de coisa, é bem comum no dia a dia da gente [...] é complicado! [...] Meu cartão tem o nome social, mas é aquela coisa de brasileiro, a gente não poder pagar um plano de saúde e ter que recorrer ao SUS. Porque é o sistema né, que não funciona na prática. Mês passado eu estava com uma bateria de exames, só que estava sem condições de pagar e o SUS, você sabe como é, tem que passar meses para realizar um exame, essas coisas que deixam a desejar para gente e pra todo mundo na prática (Conversa com autora, 2019).

Girassol reivindica e critica a falta de investimento no SUS, que precariza a assistência em saúde e viola os princípios básicos que regem o SUS – a universalidade, integralidade e equidade – onde a questão da demora dos exames e do não respeito ao nome social vem na contramão desses princípios. Apesar de todas as dificuldades que hoje o SUS apresenta ainda assim é garantido acesso à saúde a todas as pessoas.

Além de todos os desafios já citados, despatologizar a transexualidade é algo necessário, e é dever do Estado, além de assegurar os meios práticos para garantir a assistência à saúde dessa população. É um direito inalienável de todo cidadão e toda cidadã o acesso universal e igualitário aos padrões máximos de saúde e bem-estar (Petry & Meyer, 2011; Colling, 2013).

## 7. Considerações Finais

Percebe-se que discussões sobre a transexualidade perpassam uma sucessão de problemáticas que vão desde a epistemologia até teorias sociais, psicológicas, psicanalistas, políticas dentre outras que tentam enquadrar a transexualidade num lugar explicável, cristalizado e até marginalizado. Refletir sobre gênero, identidades de gênero, sexualidades permite ir além de meras definições e enquadramentos. Ao fazermos isto, ampliamos as perspectivas sobre a identidade trans e outras possíveis identidades, saindo dos parâmetros socioculturais que identificam o que é masculino e feminino, reconhecendo que essas percepções engessadas são resultadas de desenvolvimento histórico-social-cultural da Humanidade e que desconstruir estas percepções não é tarefa fácil, já que está enraizado nos discursos que reproduzimos e produzimos constantemente.

Pensar na identidade trans é pensar em fronteiras, em entre lugares, pensar que não há lugares fixos (Bhabha, 2005), principalmente no que tange às identidades e territorialidades. Aqui o território é o corpo. Após se (re)conhecerem como tal, se descolam para romper com o biológico, abrindo espaço para uma inversão que rompe com a lógica binária e, portanto, segue se (re)construindo a partir da sua própria lógica discursiva.

Os processos de transitoriedade de “identidades” transbordantes não se apresentam fixos, ou estáveis, é sempre um lugar de movimento permanente, mutável, indefinível; um “ser” – “sendo” (Heidegger, 1927/2007).

A transexualidade rompe as associações entre formas linguísticas e categorias sociais e (re) constrói corpos, identidades e posições sociais específicas, mas não fixas.

Os dados apresentados são uma pequena parte do que foi produzido na pesquisa de doutorado da autora, no entanto não cabia neste momento apresentar todos esses dados. Contudo, o mais importante foi perceber a riqueza de dados que o trabalho de campo e a observação participante pôde oferecer e como o campo pode ser inesgotável, além de evidenciar como as pessoas transexuais e travestis no contexto da cidade de Maceió em Alagoas, para além da transfobia estrutural, elas resistem, persistem e criavam estratégias individuais e coletivas de luta.

## Agradecimentos

Agradecimento a todas as pessoas transgêneros que fizeram parte dessa construção.

## Referências

- Albuquerque, E. F. de A. R., & Oliveira, E. G. de (2021). Transfobia na educação: O olhar da estudante transgênero feminino. *Research, Society and Development*, 10(4), 2. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/14272/12751/185170>.
- Bhabha, H. K. (2005). *O local da cultura*. Ed. UFMG: Belo Horizonte.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Beauvoir, S. (1949/1980). *O Segundo Sexo* (vols. 1-2). Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (Orgs.). (2022). *Dossiê – assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2021*. Brasília: ANTRA, IBTE.
- Butler, J. (2010). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Colling, L. (2013). A igualdade não faz o meu gênero: em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Revista Contemporânea*, 3(2), 405-427.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Fabris, A. (2009). O corpo como território político. *Baleia na rede: estudos em arte e sociedade*, 1(6), 416-429.
- Foucault, M. (1976/1997). *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. Gilhon de Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1977-1978/2004). *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977- 1978*. Paris: Seuil/Gallimard.
- Foucault, M (1987/1999). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Fraser, N. (2002). A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 63.
- Heidegger, M. (1927/2007). *Ser e Tempo*. (Márcia Sá Cavalcante Schuback, Trad.). (2a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Godoy, A. S. (1995). *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 35(2), 57-63.
- Heliodoro, G. (2017, Novembro 7). *O que é transfobia? - Identidade de gênero, compartilhando Ideias 13 (Ep. 07)*. [Arquivo de vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=rKr2unb594A>
- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Goiânia: Ser-Tão.
- Kabengele, D.do C. (2015). O "pardo" Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892): e o trânsito das mercês. Aracaju: EdUNIT.
- Kant, I. (1986). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70.
- Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)
- Ludke, M., & Andre, M. E. D. A. (2013). *Pesquisas em educação: uma abordagem qualitativa*. São Paulo: E.P.U. 6.5)
- Moira, A. (2017) O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 365-373.

- Munanga, K. (2012). *Negritude: Usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Orlandi, E. P. (2001). *Discurso e Texto: formação e circulação do sentido*. Campinas, SP: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2007). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. (7ª. ed.). Pontes.
- Pechêux, M. (1995). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orland et al. (2ª. ed.): Editora da UNICAMP.
- Pelúcio, L. (2011). *Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids*. *Revista Saúde e Sociedade*, 20(1), 76-85.
- Petry, R., & Meyer, D. E. E. (2011). Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, 10(1).
- Preciado, P. B. (2018). *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*; tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições.
- Portaria n. 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html)
- Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html)
- Quebrada, L. (2017). *Bixa preta*. <https://www.lettras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/bixa-preta/>.
- Ramirez, J. A. (2003). *Corpus solus: para un mapa del cuerpo en el arte contemporáneo*. Madrid: Ediciones Siruela.
- Salinas Ruiz, M., & Alves, F. L. (2021). The importance of the concept of border for gender studies: an approach on transvestite. *Research, Society and Development*, 10(3), e3021037965.
- Transgender Europe. (2022). *Transgender Europe: Trans Murder Monitoring 2021*. [https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm\\_2020](https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2020)
- Yu, W. (2017). *É tudo nosso: Um relato trans a partir de relatos de pessoas trans no YouTube* (Monografia de Graduação). Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom-UFBA), Salvador, BA, Brasil.
- Wonderfull, N. (2019, Dezembro 2). *A morte e vida da Severina*. *TEDxPajuçara*. [Arquivo de vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=SHGGGVum6S8>